

REDES DE GESTÃO URBANA PÚBLICO PRIVADAS: ESTUDOS DE CASO E ANÁLISE COMPARATIVA DAS REFORMAS URBANAS DOS CENTROS HISTÓRICOS DE SALVADOR E CALI.

PUBLIC-PRIVATE URBAN MANAGEMENT NETWORKS: CASE STUDIES AND COMPARATIVE ANALYSIS OF URBAN REFORMS IN THE HISTORIC CENTERS OF SALVADOR AND CALI.

Resumo

Este artigo apresenta reflexões teórico-metodológicas que atravessaram a produção da tese de doutorado intitulada “Para quem é a cidade? Redes de gestão público-privadas nas reformas urbanas dos centros históricos de Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)”². Este artigo se debruça sobre as lógicas das redes socioinstitucionais construídas entre os agentes urbanos envolvidos nas reformas urbanas dos centros históricos de Salvador e de Cali. Foram analisados três programas: o “Programa Revitalizar” da reforma urbana contemplada no projeto “Salvador 360°”, da Prefeitura, o “Programa Revive”, do Governo da Bahia, e o Projeto “Cidade Paraíso: um centro para todos”, na cidade de Cali, gerenciado pela Empresa Municipal de Renovação Urbana (Emru). Metodologicamente, o estudo se baseou na análise empírica das redes público-privadas de gerenciamento urbano. A partir dessa perspectiva, foi possível identificar em cada caso um conjunto de alianças, estratégias e coalizões que visaram a modernização, recuperação, revitalização e renovação dos respectivos centros urbanos. Nessa linha de argumentação, o artigo ressalta a importância de estudos empíricos e comparativos na sociologia urbana que possibilitem identificar tendências continentais da gestão urbana, assim como os diversos conflitos que surgem ao redor do uso do solo urbano. Conclui-se que a participação nas redes de gestão urbana depende da posse de capital e do nível de articulação política dentro das instituições públicas e privadas envolvidas. Como consequência, essas redes tendem a excluir moradores, pequenos comerciantes e empresários que não possuem os recursos financeiros ou a influência política necessários.

Palavras-chave: reforma urbana; redes de gestão urbana; análise comparativa; centros históricos.

Abstract

This article presents theoretical-methodological reflections that went through the production of the doctoral thesis entitled “Who is the city for? Public-private management

1 Doutor em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. E-mail: carlosandres1002@gmail.com.

2 A tese foi premiada com menção honrosa pela UFBA no ano de 2023.

networks in urban reforms in the historic centers of Salvador (Brazil) and Cali (Colombia)". This article focuses on the logic of the socio-institutional networks built between the urban agents involved in the urban reforms of the historic centers of Salvador and Cali. Three programs were analyzed: the "Revitalize Program" of urban reform included in the "Salvador 360°" project of the City Hall, the "Revive Program" of the Government of Bahia, and the "Paraíso City: a center for all" Project in the city of Cali, managed by Municipal Urban Renewal Company (Emru). Methodologically, the study was based on the empirical analysis of public-private urban management networks. From this perspective, it was possible to identify in each case a set of alliances, strategies and coalitions that aimed at modernizing, recovering, revitalizing and renewing the respective urban centers. In this line of argument, the article highlights the importance of empirical and comparative studies in urban sociology that make it possible to identify continental trends in urban management, as well as the various conflicts that arise around the use of urban land. It is concluded that participation in urban management networks depends on the possession of capital and the level of political articulation within the public and private institutions involved. As a consequence, these networks tend to exclude residents, small traders and entrepreneurs who do not have the necessary financial resources or political influence.

Keywords: urban reforms; urban management networks; comparative analysis; historic centres.

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NOS CENTROS URBANOS

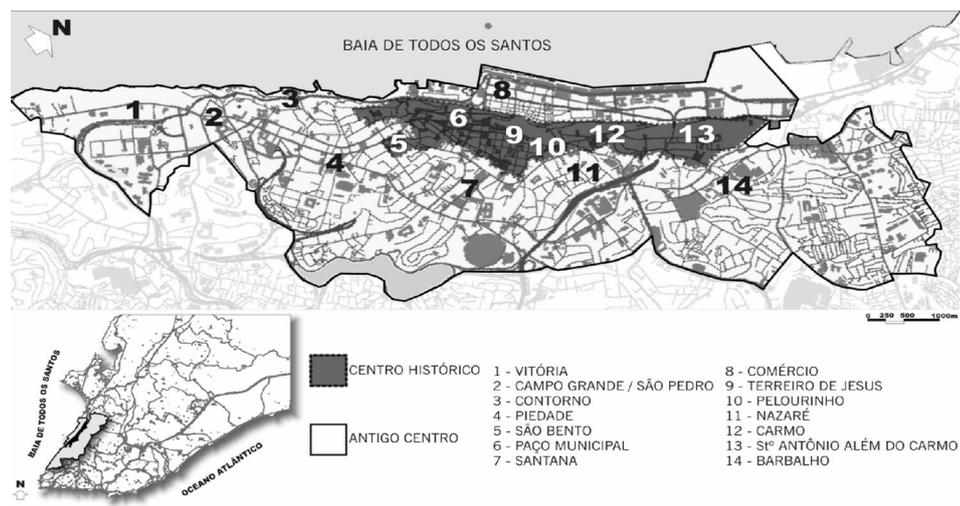
Assistimos, desde as últimas décadas do século XX, a múltiplas transformações socioespaciais de cidades latino-americanas regidas por processos mundiais de acumulação capitalista. Esses processos projetam-se em diversos espaços da cidade, sendo os centros históricos um dos cenários estratégicos nos quais também se visualizam essas transformações. Estes processos de desenvolvimento urbano são gerenciados por diversos agentes urbanos, públicos e privados, que pensam, planejam e projetam a cidade.

Este estudo focou em duas cidades: Salvador, no Brasil, e Cali, na Colômbia, duas cidades latino-americanas em que seus respectivos centros históricos e urbanos vêm passando por um conjunto substancial de transformações socioespaciais desde finais do século XX, com desdobramentos e programas específicos no século XXI. Atualmente, nos programas Revitalizar e Revive (Salvador) e Cidade Paraíso (Cali), as transformações são consolidadas desde duas perspectivas ou tipologias: no caso de Salvador, a recuperação e a projeção de um centro histórico-patrimonial ligados tanto ao aproveitamento econômico e turístico do espaço quanto à recuperação administrativa-comercial e residencial do Centro Antigo – situado no Comércio, na Cidade Baixa; no caso de Cali, há a tentativa de uma recuperação funcional, de mobilidade, administrativa e residencial do centro com algumas tendências turísticas nas adjacências. Nos dois casos, é possível evidenciar como tentam

aperfeiçoar constantemente suas formas de integração e articulação socioespacial ao contexto de produção neoliberal das cidades no mundo globalizado. Esses aperfeiçoamentos têm produzido diversos conflitos territoriais decorrentes dos processos e das políticas de desenvolvimento urbano nos centros das cidades, como, por exemplo, os usos – econômico, turístico, funcional – e contra usos – residencial, para grupos populares – do solo urbano. Tais iniciativas são gerenciadas por diversos agentes públicos e privados, os que são encarregados da execução dos projetos de desenvolvimento urbano e estabelecem alianças com os âmbitos internacional, nacional, estadual e municipal, que variam dependendo de cada caso.

O Centro Histórico de Salvador (CHS) é um dos casos mais emblemáticos na América Latina em matéria de reformas urbanas. Ele foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1986, momento em que diversas agências participaram do planejamento, gestão e consolidação da projeção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador em 1991, o qual foi executado durante o mandato de Antônio Carlos Magalhães (ACM) enquanto governador do Estado. O CHS Pelourinho, que vemos hoje em dia nas suas ruas, museus, lojas, hotéis, restaurantes, eventos socioculturais e palco de festividades, é o resultado desse conjunto de intervenções que vêm ocorrendo desde os anos 1990 (Bittencourt, 2011; Sant’Anna, 2017). Um dos desdobramentos contemporâneos das intervenções do CHS consiste no “Projeto Revitalizar” e o “Projeto Revive”.

Figura 1 – Mapa Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador



Fonte: Elaboração UFBA/SEI (2006)³.

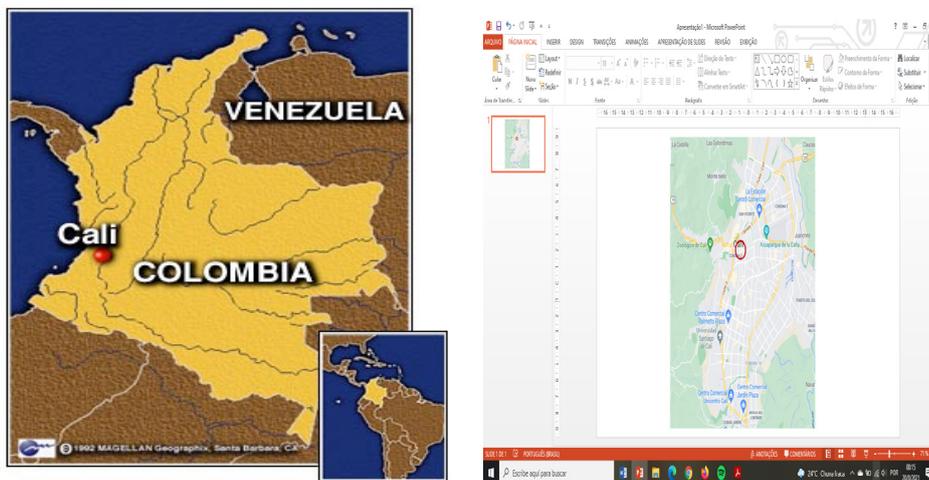
³ Prefeitura Municipal de Salvador. Lei de ordenamento do uso e da ocupação do solo. Fundação Mário Leal Ferreira, capturado em setembro de 2006.

Na atualidade, o Projeto Revitalizar (2017), denominado “Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação dos Imóveis do Centro Antigo de Salvador”, que faz parte do quarto eixo do programa Salvador 360 graus, é impulsionado por um conjunto de agentes urbanos que têm como foco de intervenção a recuperação e reorganização socioeconômica do espaço, o consumo da sua história, cultura e patrimônio, consolidando assim um cenário que produz renda em virtude de seu potencial turístico. Dessas parcerias, surgiram diversas outras iniciativas, algumas delas provenientes da década de 1990, tais como o programa Pelourinho Dia e Noite, e outras mais recentes, como Vem Pro Centro ou Pelas Ruas do Centro Antigo de Salvador, que visam a projeção cultural e turística do espaço para ser consumido em diferentes momentos e festividades do ano – especialmente no verão – pela população local, nacional e internacional.

Esses tipos de reformas que têm como foco o potencial turístico, têm trazido novos impactos e conflitos com a população moradora, alguns deles oriundos de intervenções dos anos 1990 ao redor dos usos do solo urbano. Somado a essa iniciativa, está o programa Revive, denominado “Projeto de Requalificação de Patrimônio Cultural do governo Português”, gestado pelo Governo do Estado da Bahia. Trata-se de uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Governo de Portugal que, a partir de concessões à iniciativa privada, promove a recuperação e valorização de espaços culturais, patrimoniais e históricos da cidade para o aproveitamento e empreendimentos turísticos no CHS. Esse programa está incluído nas ações do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), o qual promove a concessão de ativos e trabalha numa política de atração de investimentos de empresas internacionais e nacionais para o turismo nacional na área do setor hoteleiro.

No caso da cidade de Cali-Colômbia, o projeto chamado “Cidade Paraíso: Um Centro para Todos”, gestado pela Empresa Municipal de Renovação Urbana (Emru), visa recuperação funcional e a modernização do centro da cidade colombiana por meio da construção de infraestruturas, como construção de *shoppings*, instalação de uma estação de transporte central urbana do sistema Massivo Integrado de Ocidente (MIO), construção de uma sede da Fiscalía General de la Nación e um projeto de habitação – 5 mil unidades, aproximadamente, segundo documentos oficiais. Esse projeto iniciou suas primeiras fases na primeira década do século XXI, elaborando um senso populacional do setor nos bairros Calvário, San Pascual e Sucre, localizados no centro da cidade, depois de muitas negociações, conflitos e críticas por parte de moradores e comerciantes locais com relação aos baixos preços que foram oferecidos por parte da Emru, que procedeu à compra e posterior demolição de prédios.

Figura 2 – Na esquerda, localização de Cali; na direita, em vermelho, localização do projeto Cidade Paraíso



Fonte: Google Maps ([2024]).

Ambos os casos dizem respeito a capitais de seus respectivos estados – Bahia e Departamento del Valle del Cauca, nessa ordem. Nessa medida, as duas cidades têm um papel protagonista no cenário nacional, sendo Salvador a quarta maior cidade do Brasil, com 2,418 milhões de habitantes (2022), ao passo que Cali ocupa a terceira posição em grau de relevância, com 2,228 milhões de pessoas (2018). Paralelamente, as administrações e gestões urbanas de ambas as cidades, visam consolidar seus centros como lugares funcionais e articulados ao conjunto da cidade como um todo, o qual demanda esforços socioinstitucionais impulsionados por parcerias e alianças. Os agentes públicos e privados configuram o panorama geral do conjunto de atores que estruturam as redes socioinstitucionais de planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento urbano. Essas redes também podem ser assimétricas, verticais, conflituosas, exclusivas de alguns agentes, excludentes ou incluso violentas.

Para analisar a conformação das redes de gerenciamento urbano, partiu-se dos seguintes questionamentos:

- (1) Quem são os agentes e que tipos de redes socioinstitucionais foram tecidas no decorrer dos processos de desenvolvimento urbano dos espaços centrais das duas cidades?
- (2) Que sentidos e lógicas mobilizaram as redes, alianças, coalizões e relações, conflitivas e colaborativas, para a execução das respectivas reformas urbanas?
- (3) Quais são as concepções sobre a produção do espaço central dessas cidades que os agentes urbanos expressam em seus discursos e programas de reformas?

Diante dessas três questões, a pesquisa levantou uma hipótese: as reformas contemporâneas dos centros históricos demandam a conformação de redes de gestão público privadas que têm como foco o aperfeiçoamento e a consolidação de um cenário estratégico de investimentos. Nessas redes, participam instâncias locais, nacionais e globais, como prefeituras, secretarias de planejamento e demais atores encarregados da questão urbana, bem como governos estaduais, governos nacionais, instituições de financiamento nacional e internacional, inclusive a consolidação de redes transnacionais com instituições e governos. Esses tipos de redes de gestão podem apresentar um caráter hierárquico, focalizado em alguns atores específicos e com padrões de poder territorial que consolidam desigualdades na tomada de decisões.

Para testar as hipóteses, a pesquisa partiu de três focos analíticos. Em primeiro lugar, a análise de redes socioinstitucionais (Duran, 2019; Maricato, 2001; Marques, 2003, 2006, 2013, 2017; Pujadas; D'argemir; Girona, 2010; Quijano, 2002; Quitián, 2018; Souza, 2003a, 2003b, 2018) que possibilitou caracterizar o conjunto de atores, suas relações, imbricações, possíveis alianças, estratégias, focos, coalizões, parcerias, objetivos, tensões, tal qual a forma como os moradores organizados em associações ou movimentos – dependendo do caso – são partícipes ou não dessas redes e processos. Em segundo lugar, uma concepção sobre a cidade que é o resultado da forma como se produz o espaço no contexto do capitalismo global e a neoliberalização das cidades (Arantes, 2013; Mattos, 2002), das redes e coalizações público privadas na gestão urbana, da forma como as políticas de gestão urbana são um campo de conflitos pelo poder territorial e os processos de deslocamento urbano produzidos pelas reformas dos centros, assim como o resultado das diversas mobilizações sociais. Finalmente, se identificou os tipos de discursos institucionais dos agentes urbanos, como as prefeituras, governos de Estado, secretarias de planejamento urbano, organizações/associações de empresários e movimentos sociais que participaram – e ainda participam – nos respectivos projetos de renovação, tendo como eixo condutor suas concepções sobre produção social do espaço, o modelo de centro que se pretende construir e os tipos de alianças estratégicas tecidas entre eles.

REDES INSTITUCIONAIS E DE GERENCIAMENTO URBANO

Existem diversas teorias sociológicas que analisam as redes socioinstitucionais, o gerenciamento e as formas de governança urbana as quais esta pesquisa considerou pertinentes. Esse repertório ajuda a entender os processos de gerenciamento urbano contemporâneos. Esse tipo de análise provém da metade do

século XX, desde os estudos de John A. Barnes e Elizabeth Bott (Pujadas; D'argemir; Girona, 2010, p. 113) junto ao antropólogo britânico Alfred Radcliffe-Brown (Enne, 2004). Os estudos sobre redes também têm uma forte tradição nos Estados Unidos da América (EUA) desde a década de 1970, que giravam em torno de parentesco, família, amizade e relações entre vizinhos. Segundo Quitián (2018), os estudos de redes também têm sido utilizados junto à teoria estruturalista e funcional tradicional na análise das sociedades e grupos como sistemas abertos e integrados.

Essa perspectiva ajuda a identificar um conjunto de estruturas que têm um caráter interdependente, assim como a articulação das instituições a diversos âmbitos sociais que possibilitam examinar as conexões entre as instituições sociais e políticas, bem como as relações sociais e de poder. Desde a perspectiva de Barnes (1987), a rede é composta por indivíduos que se articulam a partir de interações. Ela é um instrumento metodológico de compreensão de relações sociais entre indivíduos, averiguando suas conexões, seus limites e suas finitudes. Os estudos das redes socioinstitucionais têm um caráter dinâmico, evolui e se estrutura visando a consecução dos objetivos dos agentes envolvidos. Essas também contêm um caráter histórico e situacional, que demanda uma caracterização dos agentes locais, nacionais, globais e seus campos de relações.

A perspectiva de Pujadas, D'argemir e Girona (2010, p. 111) mostra que as relações de redes entre as instituições ajudam a manter o sistema social dando continuidade e persistência à estrutura. A configuração da estrutura provém, nesse sentido, de relações interpessoais, nas quais influem também fatores como raça, classe e gênero que configuram e dão funcionamento às hierarquias. Para Barnes (1987), é importante identificar a “rede total” e a “rede parcial”. A primeira contém toda a informação possível sobre a vida social global da comunidade a que corresponde, enquanto a segunda constitui um conteúdo concreto aos vínculos entre indivíduos.

Nesse sentido, é importante estabelecer as formas como a rede está articulada, as ações dos seus atores, os limites de suas interdependências, os discursos e as práticas mais influentes no seu interior. As redes estão conformadas por pontos, sendo que os vínculos entre eles podem ser classificados por atributos e pelo conteúdo de cada vínculo. Existe, também, um grau de conectividade ou um volume de densidade da rede que potencializam o grau de gestão.

Dois autores que podemos retomar para pensar as redes socioinstitucionais no contexto latino-americano, na política brasileira e, mais especificamente, nos estudos sobre políticas públicas urbanas são Eduardo Marques (2003, 2006) e Celina Souza (2003b, 2018). Suas pesquisas focam nos vínculos entre indivíduos, instituições, organizações e nas formas como esses estruturam e produzem as

mais variadas ações sociais, influenciando o fluxo de bens materiais, ideias, informações e poder. Marques discute a relevância dos atores políticos presentes nas políticas urbanas brasileiras, assim como o conceito de governança com relação à produção do espaço construído, “[...] entendida a governança como conjuntos de atores estatais e não estatais interconectados por laços formais e informais que operam no processo de formulação de políticas e incorporados em contextos institucionais específicos” (Marques, 2013, p. 31). Nessa perspectiva, se envolvem eixos analíticos como por exemplo os atores políticos – legais e ilegais –, o nível de atividade do Estado – sua responsabilidade e participação – e as instituições.

É importante considerar, também, que, as políticas públicas e os agentes que as produzem são o resultado de diversos conflitos, embates e disputas pelo poder político e territorial. Celina Souza (2003a) ajuda a entender em que medida a política pública é um cenário de conflitos em torno de ideias, recursos e interesses, por meio das quais os governos traduzem seus propósitos em programas e ações específicos. Desde esse olhar, ressalta-se o papel que as instituições sociais têm para a formulação, decisão e implementação das políticas públicas, mesmo no contexto de globalização, no qual existem posturas que afirmam o declínio dos poderes do Estado e das instituições diante do poder do capital privado. Para a autora, as políticas seriam o “governo em ação”, produto de diversas coalizões público-privadas.

As relações que são estabelecidas entre os poderes públicos e o privado podem ser de diversas modalidades. Para Duran (2019), analisando o caso da produção de algumas políticas que demandam grandes quantidades de investimentos na América Latina, estas podem ser analisadas como uma “captura do Estado”. Esse tipo de relação acontece com a confluência entre o poder econômico e o poder político burocrático, nos quais são definidas e executadas as políticas públicas. Existem fatores que possibilitam e favorecem a captura das instituições pelas elites econômicas, como, por exemplo, a concentração do poder econômico nas mãos de unidades empresariais privadas – locais, estaduais, nacionais ou internacionais; o poder decisório no executivo e legislativo, em que o governo é conduzido por um sistema de partidos clientelistas que enxergam no Estado uma oportunidade de pilhagem que favorece seus interesses; da mesma forma, uma sociedade civil debilitada, sem mobilização, participação, sem consciência das dinâmicas socioespaciais e sem poder de influência nas lógicas de funcionamento das instituições e do capital.

O Estado e a respectiva burocracia teriam um papel funcional nas lógicas de acumulação privada e na execução e consecução dos projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, segundo Duran (2019, p. 132), “os empresários ficam,

os governos mudam”. O autor faz alusão ao poder que tem o dinheiro nas redes de influência da política e nos grandes investimentos que ficam estáveis como capitais fixos no tempo. Os diversos grupos de empresários investidores que participam da produção de riquezas de grandes projetos têm construído a capacidade de utilizar os aparatos e as burocracias do Estado em benefício próprio de diversas formas. Como assinala Wallerstein (2007), os capitalistas na economia-mundo capitalista, para sobreviverem, podem chegar a estabelecer alianças, contratos e pactos com o objetivo de não sumir das intensas concorrências do sistema-mundo.

Estudar as redes socioinstitucionais permite pensar as imbricações do Estado e do capital privado nas suas múltiplas interdependências, assim como o contexto político no qual são produzidas e os objetivos que procuram. Para Quijano (2002), no contexto da globalização, os estados-nação se converteram em estruturas de administração local dos interesses mundiais. Esses processos implicaram uma privatização local e global dos assuntos do Estado, a fim de responder cada vez menos à representação política do conjunto dos setores sociais de cada país. Assistimos, então, a uma gradual constituição de uma trama mundial de instituições estatais e privadas, de autoridades públicas, que parecem operar como um governo mundial, aparentemente invisível, porém, real e que influi na forma como operam as instituições e as governanças urbanas.

Estudar essas redes, tramas, associações, formas de governos e parcerias de gestão implica, também, analisar os possíveis campos da informalidade, os setores ilegais que também estão envolvidos na produção do espaço urbano, que marcam diversas dimensões das dinâmicas de poder e elementos de estabilidade e inércia que cercam as políticas. Os gestores urbanos públicos e privados agem tanto formal quanto informalmente – estes últimos mais difíceis de detectar ou teorizar. Eles detêm o poder de construir a cidade, seja porque fazem parte dos que possuem capitais econômicos, poderes políticos, burocráticos, apoio de partidos, prefeituras, governos de estado ou porque são os atores que dialogam mais diretamente com as instituições internacionais de financiamento e gestão.

Isso quer dizer, segundo Marques (2017), que os “capitais urbanos” investidos pelos gestores privados representam não só as dinâmicas econômicas, mas também os processos de construção de relações de poder no interior de formações históricas específicas. Esses capitais têm recursos de poder e estratégias políticas em conexão com vários outros atores. Os gestores detêm, nesse sentido, saberes específicos que foram legitimados historicamente nas instituições as que pertencem – como, por exemplo, as secretarias de planejamento urbano, de cultura e de turismo. Esses, por sua vez, possuem redes de assessores que,

frequentemente, já participaram de outros projetos em diferentes latitudes nacionais ou internacionais, e que muitas vezes viram quase que roteiros obrigatórios a serem seguidos.

Outros aspectos que entram em jogo na história e na conformação das redes são os aspectos patrimonialistas na elaboração e implementação de políticas públicas, representados pelo poder que alguns atores detêm e que, amiúde, estão ligados a famílias tradicionais, figuras políticas de trajetória regional e sua capacidade de afetar a forma como se faz política na cidade. Esse seria um fenômeno muito recorrente nas cidades latino-americanas, na medida em que muitas dessas famílias herdeiras das aristocracias regionais provêm de tradições conservadoras, elites patriarcais, mercantis e famílias com sobrenome regional. Segundo Maricato (2001), esse tipo de poder, que reflete um “modo de fazer as coisas”, é construído pela união de poderes políticos, empresariais, burocráticos e aristocracias tradicionais, que permeiam e definem o sentido do público.

Essa perspectiva ajuda na análise da importância dos personagens políticos e públicos de trajetória regional, que, no caso do Brasil, viriam desde os tempos do coronelismo, enquanto no caso colombiano, de famílias com trajetórias rurais ligadas à agroexportação, mas com amplos poderes até os dias de hoje na vida urbana e no capital imobiliário. Esse aspecto é denominado por Duran (2019) como “capitalismo familiar ou de laços”, no qual algumas famílias são donas de grandes empresas, conglomerados e possuem redes extensas e intensas de poder político.

Esse tipo de redes e de contextos imprimem um desafio para as pesquisas sociológicas que visam entender as relações do público e do privado, uma vez que demanda identificar as formas como tais relações – que podem não ser tão visíveis nem aparecer nos documentos institucionais – estão efetivamente presentes nas gestões urbanas. Segundo Marques (2006), o tecido do Estado tem efeitos diferenciados dependendo das suas dinâmicas políticas, nas quais se identificam os padrões de relações, sua relação com os desenhos institucionais e as diferentes configurações de atores presentes em cada caso. As redes são constantemente reconstruídas por atores organizacionais e individuais. As relações pessoais podem ser um importante elemento no processo de construção institucional, visto que tendem a criar coesão ao tecer internamente o campo das políticas e das gestões urbanas. Existe, nessa medida, uma relação entre a gestão do Estado, a implementação de políticas, a dinâmica da troca de poder e a investidura de cargos.

Uma análise preocupada com essas dimensões precisa ficar atenta ao conjunto de investigações elaborado pela sociologia relacional e pelos estudos urbanos. Dentre esses, é possível citar os trabalhos de Castells (2012), que analisa as redes entre as instituições políticas de gestão, os agentes responsáveis pela

questão urbana, o mundo informacional, os fluxos do capital e a reestruturação do espaço urbano na atualidade, assim como os movimentos sociais que conformam redes multidirecionais que surgem em momentos de crises e que estão ligadas de diferentes formas. Nesse sentido, Castells e Borja (1996) analisam a cidade enquanto uma coletivização objetiva da gestão urbana, em que cada política urbana está ligada uma à outra, enquanto agentes urbanos se encarregam de fragmentar a gestão das políticas dando prioridade a umas em detrimento de outras. Desde o ponto de vista de Borja (2012), nas cidades latino-americanas, prepondera o paradigma da “gestão urbana”, o qual envolve um conjunto de agentes que possuem programas através da planificação estratégica. Nesse sentido, os agentes urbanos públicos e privados agiriam visando oportunidades de investimento na cidade e a produção de renda. Esses estudos assinalam que as transformações contemporâneas das cidades latino-americanas envolvem parcerias público-privadas, diversas cooperações internacionais e alianças estratégicas nas gestões das cidades e na produção capitalista do espaço urbano.

Para Santos (2006), o estudo de redes se enquadra em duas matrizes: um sentido formal, como uma complexa construção de infraestrutura, como nós, bifurcações, pontos de encontro que possibilitam o transporte de informação, energia e ações; uma outra matriz diz respeito a aspectos políticos e sociais, que seriam os sistemas que o homem cria que implicaram associações e relações nas atividades humanas. A rede teria como uma das suas características a capacidade de ativar pontos e linhas de movimento, entrelaçando as ações e fluxos, funcionando como uma forma e um processo para agilizar os tempos das pessoas, empresas e instituições. Nessas integrações globais das pessoas, empresas e instituições, as redes não funcionam homoganeamente, não incluem todas as partes do globo, pois há partes que ficam excluídas ou também integradas de um jeito desfavorável e precário para suas condições de vida, estabelecendo-se assim zonas com maior ou menor intensidade de integração.

No contexto da globalização, estabelecem-se sistemas de interações nos quais os sujeitos e as respectivas instituições participam de trocas econômicas e culturais em amplas escalas que podem extrapolar limites espaciais e temporais. Esse tipo de trocas e consumos complementa-se com a complexidade dos sistemas de fluxos de informações que circulam com maior intensidade desde finais do século XX. Nesses sistemas, a propaganda e a mídia têm um papel fundamental em diferentes âmbitos do consumo, sendo o turismo urbano um desses campos em que as redes, juntamente com a mídia, agem para posicionar um conjunto de cidades nos principais *rankings* nacionais, continentais e mundiais de consumo turístico.

No caso de Salvador, o foco das propagandas é para acrescentar e aperfeiçoar os fluxos turísticos, enquanto, no caso de Cali, para construir um discurso sobre a necessidade do melhoramento e recuperação de uma zona específica da cidade, caracterizada pela desvalorização da infraestrutura e da dimensão social, ainda que se esteja tratando de uma zona que é, reconhecidamente, rica em termos de localização e de futuros empreendimentos.

Esse tipo de rede de comunicação age em parcerias e alianças junto com os poderes institucionais, o capital econômico e político, que no seu agir também produzem diversas exclusões que são próprias de um sistema urbano regido pelas dinâmicas neoliberais de organização do território, na qual impera, nos casos analisados, o paradigma do turismo e do aproveitamento cultural do espaço urbano (Salvador), bem como o da reorganização com fins administrativos, funcionais e de empreendimento imobiliário urbano (Cali). A formação das redes de gestão urbana pode ser excludente no sentido de excluir dos processos decisórios os agentes urbanos moradores das respectivas regiões, bem como alguns setores de pequeno porte empresarial e comercial, assim como os trabalhadores do âmbito informal que sentem que a forma como se administram os espaços públicos – praças, ruas, avenidas principais e de fluxo intenso – se privilegia os usos formais e de empresas com estabelecimentos fixos. Nesse sentido, as redes institucionais também implicam pensar nas dinâmicas de classe, raça e etnia, pois existem grupos que não são vistos como uma “demanda solvável” (Arantes, 2013) e não fazem parte dos projetos de desenvolvimento urbano – em geral, são grupos que fazem parte das classes trabalhadoras, população não solvente que vive e mora no centro urbano e histórico.

Nesse sentido, foram identificados os principais agentes públicos privados que influem e gerenciam os respectivos programas e projetos urbanos estudados. A identificação dos agentes partiu da leitura dos documentos institucionais produzidos pelos governos do Estado, prefeituras, secretarias encarregadas do assunto urbano, análise dos jornais locais, regionais e nacionais e as respectivas entrevistas. Esses agentes são nomeados em diversos documentos, reportagens e nos depoimentos das entrevistas. Sendo assim, cada documento que ia sendo estudado remetia a outro agente ou instituição de gestão que tinha poder de gerenciamento administrativo, econômico, cultural e social sobre os respectivos programas. Essa informação foi organizada em tabelas: as que continham o nome da instituição se pertencia ao âmbito público-privado e os programas público-privados que desenvolviam. Também foram identificados os atores sociais, organizados em associações, movimentos sociais e políticos, alguns deles surgiram durante o início e desenvolvimento dos programas de

intervenção urbana Revitalizar, Revive ou Cidade Paraíso e contam com atuações até o momento presente nos destinos dos respectivos centros históricos e urbanos analisados na tese.

Quadro 1 – Agentes público privados Programa Revitalizar.

TIPO DE AGENTE	ORGANIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, EMPRESA
Agentes públicos	<p>Secretaria de Cultura e Turismo</p> <p>Secretaria Municipais de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) e da fazenda (Sefaz)</p> <p>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)</p> <p>Diretoria da Gestão do Centro Histórico (instância da Secretaria de Cultura e Turismo)</p> <p>Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur)</p> <p>Caixa Econômica Federal</p> <p>Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac)</p>
Agentes privados	<p>Banco de Desenvolvimento para América Latina (CAF)</p> <p>Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)</p> <p>Antônio Mazzafera, Fera Investimentos</p> <p>Nova Bahia</p> <p>Calatrave Invest & Trade Inc</p> <p>Grupo Vila Gale – Grupo Hoteleiro Português.</p> <p>Proprietários de imóveis</p>
Sociedade Civil	<p>Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (Amach)</p> <p>Movimento Sem Teto da Bahia</p> <p>Artífices da Ladeira da Conceição da Praia</p> <p>Comunidade da Ladeira Preguiça</p>
Programas, Planos e Projetos	<p>Plano Salvador 500</p> <p>Salvador 360 graus</p> <p>Programa Salvador Memória Viva</p> <p>Pelourinho Dia e Noite</p> <p>Pelas Ruas do Centro Antigo de Salvador</p> <p>Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente</p> <p>Distrito Criativo Pelourinho</p> <p>Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (Pidi)</p> <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU) 2016.</p>

Fonte: elaboração do autor

No caso do Programa Revitalizar, os agentes privados visam a obtenção do lucro por meio do aproveitamento e aperfeiçoamento do viés turístico do CHS, para tal fim demandam do setor público garantias para esse objetivo. Os agentes privados não só “injetam capital”, eles também têm o poder de dar novos usos, sentidos e lógicas de organização, normatização e disciplinamento para os usos dos espaços públicos, isto é, se configuram como capitais urbanos (Marques, 2006), quer dizer que os capitais envolvidos repercutem mais além de dinâmicas econômicas, eles também têm a capacidade de decisão, gestão e de construção de relações de poder no interior de formações históricas específicas como as instituições públicas. Os capitais privados, proprietários de casarões e agentes imobiliários são um agente ativo na produção de um amplo *marketing* publicitário. Eles consolidam junto com o setor público a vocação turística de uma cidade, imprimindo nela o selo de ser a “mais festiva”, a cidade do “melhor carnaval do mundo”, ou, inclusive, aproveitar e explorar os múltiplos sentidos culturais de uma identidade territorial, conformando uma indústria cultural baseada nesses elementos “autóctones”, consolidando a história e a cultura como espetáculo (Romano, 1995).

No seguinte quadro, se identificaram os principais agentes públicos, privados e alguns atores organizados da sociedade que fazem parte das redes socioinstitucionais do Programa Revive, alguns de uma forma mais ativa do que outros, consolidando relações estáveis de cooperação e adaptação do modelo ao contexto do CHS.

Quadro 2 – Agentes público privados Programa Revive

TIPO DE AGENTE	ORGANIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, EMPRESA
Agentes públicos	<p>INTERNACIONAIS:</p> <p>Organização das Nações Unidas (ONU) Governo de Portugal Ministério de Turismo de Portugal Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Governo de Portugal</p> <p>NACIONAIS:</p> <p>Ministério do Turismo Brasil Secretária do Turismo do Estado da Bahia Secretária do Desenvolvimento Econômico Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Administração, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Ministério do Turismo, de cultura da Unesco no Brasil, Fundo Geral do Turismo (Fungetur) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (Prodetur) Secretaria de Patrimônio da união (SPU) Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), do Ministério da Economia Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)</p>
Agentes privados	<p>Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador Proprietários de imóveis casarões antigos. Antonio Mazzafera, Fera Investimentos Nova Bahia Calatrave Invest & Trade Inc Grupo Vila Gale - Grupo Hoteleiro Português. Elo</p>
Sociedade	<p>Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (Amach) Movimento Sem Teto da Bahia Organização “O centro antigo sangra”</p>

Fonte: elaborada pelo autor.

Finalmente, os agentes públicos privados e atores das organizações sociais que conformam o conjunto de os atores do programa Cidade Paraíso, um centro para todos, da cidade de Cali. Esse foi um processo de cooperação público-privado que logrou a vinculação de 35 empresas afiliadas aos grêmios – agrupações empresariais – que conformam o *cluster* da Construção Pacífico. Esse tipo de cooperação é o que Cobos (2009) denomina como um conjunto de facilidades e condições favoráveis que o Estado cria para as ações das empresas privadas. Para estabelecer uma identificação, organização e compreensão dos tipos de relações entre os agentes público-privados e a sociedade em geral no projeto Cidade Paraíso, se fez a seguinte tabela de atores:

Quadro 3 – Agentes públicos e privados do projeto
Cidade Paraíso, um centro para todos

TIPO DE AGENTE	ATORES ESPECÍFICOS
AGENTES PÚBLICOS	Empresa Municipal de Renovación Urbana (Emru) Metrocali Secretaria de Vivienda Secretaria de Infraestructura Secretaria de Bienestar Social Secretaria de Desarrollo territorial y Participación Ciudadana Secretaria de Seguridad y Justicia Instituto Geográfico Agustín Codazzi (Igac) Fondo Nacional del Ahorro. Cámara Colombiana de Infraestructura Empresas Municipales de Cali (Emcali) Unidad Administrativa Especial de Servicios Públicos (UAESPM)

AGENTES PRIVADOS	<p>Alianza para la Renovación Urbana de Cali (Aruc) (Público-privado)</p> <p>Cluster de la Construcción del Pacífico</p> <p>Cámara Colombiana de la Construcción Valle (Associação gremial de caráter regional)</p> <p>La Cámara Colombiana de la Infraestructura Seccional Occidente (Associação Gremial de cobertura nacional e caráter privado)</p> <p>Comfandi y el Grupo Empresarial Vallecaucano</p> <p>la Lonja de Propiedad Raíz de Cali y del Valle del Cauca (Gremio Imobiliário Valle del Cauca).</p> <p>Grupo G7 Renovadora Urbana de Cali – encargados do desenvolvimento do projeto de habitação e espaço público</p> <p>Fideicomiso Derivado San Pascual (Aliança público-privada)</p> <p>Promotora Centro Comercial Ciudad Paraíso</p>
SOCIEDADE	<p>Frente Amplio por la Defensa de Cali</p> <p>Proprietários, locatários e habitantes dos bairros.</p>

Fonte: elaborada pelo autor.

Nesse último caso específico, dos esforços institucionais para a gestão urbana, surgiu a Alianza para a Renovación Urbana de Cali (Aruc) que aglutina Fideicomisos, os quais nascem pela necessidade de procurar potenciais investidores. Estes consistem na vinculação de empresas privadas para a injeção de capital, execução de obras específicas e pontuais dentro de Cidade Paraíso como é o caso do Fideicomiso “Derivado Plan Parcial San Pascual”. Na imagem a seguir pode se ver as empresas que fazem parte da Aruc assim como os Fideicomisos.

As relações que estabeleceram os agentes urbanos público e privados nos três casos analisados têm como foco a renovação do centro. Nesse sentido, foi importante identificar alguns dos discursos institucionais que mobilizaram as renovações, como, por exemplo: desenvolvimento urbano, modernização do centro, cidade inteligente, centro de negócios, gestão patrimonial e cultural, assim como uma cidade mais preparada para os desafios competitivos do contexto de neoliberalização das cidades latino-americanas.

ESBOÇO DE UM PERCURSO INVESTIGATIVO

A investigação da cidade como objeto de estudo da sociologia e das respectivas lógicas subjacentes à produção social do espaço contemporâneo provém de minha Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Pedagógica

Nacional (UPN) da Colômbia. Em 2008, apresentei uma monografia sobre alguns dos processos e lógicas de configuração urbana da cidade de Bogotá na segunda metade do século XX, tendo como foco analítico os processos de marginalização social vistos desde o cinema e a fotografia. A monografia teve como desafio pedagógico trabalhar a temática com estudantes de ensino médio numa instituição pública da mesma cidade. Na formação como licenciado, exigia-se como requisito institucional desenvolver a pesquisa em sala de aula desde uma perspectiva da Ação Participativa. O objetivo era que os estudantes de ensino médio problematizassem algumas das dinâmicas urbanas da cidade por meio do cinema, da fotografia e de alguns percursos urbanos.

O interesse pelo urbano continuou no Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que teve início no ano de 2012, em que investiguei as lógicas das transformações urbanas nos centros históricos de Salvador e Cali, prestando especial atenção aos processos de deslocamento urbano que subjazem as reformas urbanas. A pesquisa começou com uma sensação de encantamento diante duma paisagem urbana chamativa, daquelas paisagens conhecidas como “cartão-postal” que vislumbram por sua beleza e fachadas, lugares onde não é preciso ter conhecimentos em fotografia para conseguir um bom enquadramento, pois em qualquer lugar que a pessoa enquadre sua câmera, seja um beco, janela, porta, igreja, rua ou escada, efetivamente vai conseguir um bom retrato. Foi a partir disso que cheguei às fachadas do Centro Histórico de Salvador.

A dissertação de mestrado teve como objetivo compreender as lógicas de intervenção urbana que começaram com maior intensidade e sistematicidade desde a década de 1990, durante o governo de ACM. O trabalho buscou uma caracterização geral de alguns dos elementos tanto da intervenção de Salvador como da intervenção do centro de Cali, a partir do programa chamado “Cidade Paraíso”. A partir da aproximação entre os dois casos de intervenção, a pesquisa buscou conhecer seus modelos de centro histórico, o que se visava construir, seus desdobramentos contemporâneos, construir pontes de comparação – identificando diferenças e semelhanças – e, assim, compreender os processos de desenvolvimento urbano dos centros de duas cidades latino-americanas desde os anos 1990 no contexto da globalização.

O centro de Cali entrou como objeto de pesquisa devido aos processos de transformação que estavam acontecendo no projeto Cidade Paraíso. O centro de Cali, composto pelos bairros de El Calvário, San Pascual e Sucre, sempre foi um espaço nomeado como “decadente” devido às precárias condições de vida evidenciadas por alguma parcela da população que habitava em cortiços e casarões

abandonados, mas também em razão do consumo de drogas, da pobreza mais evidente, das casas sem saneamento básico e da fome. Um cenário que se comparamos com Salvador – guardando as devidas proporções e particularidades – fazia lembrar o Pelourinho de meados do século XX, estudado por Milton Santos na sua tese de doutorado, intitulada *O centro da cidade de Salvador*, que também foi retratado em filmes como *Nada levarei quando morrer*, de Miguel Rio Branco.

Posteriormente, a pesquisa foi aprofundando na reforma urbana do CHS, a partir do estudo de teses, dissertações, seminários na UFBA, fotografias, documentários, filmes, publicações em jornais e relatos de moradores que fui conhecendo de primeira mão no decorrer da vivência em Salvador. Das inúmeras vezes que frequentei o CHS, em diferentes horários, temporadas e motivos, já não com olhos de visitante desprevenido, mas sim como pesquisador e habitante da cidade, percebi o quanto tinha mudado a paisagem do centro desde os anos 1980 e 1990, período no qual começou a configurar-se um dos lugares mais turísticos do país, inclusive um dos destinos preferidos para se visitar na América Latina. As lógicas de recuperação do CHS estiveram fortemente marcadas por dinâmicas de expulsão, exclusão socioterritorial, intensos conflitos pelo poder territorial e mudanças no uso do solo urbano por novos empreendimentos do capital imobiliário.

Calí, uma cidade quase nas mesmas proporções em tamanho e quantidade de população, testemunhava outras iniciativas de intervenção, recuperação, desenvolvimento e melhoramento da funcionalidade do centro histórico e antigo. Desde a década de 1990, os centros urbanos latino-americanos se inseriram numa tendência continental de transformações urbanas ancoradas em lógicas mundiais de desenvolvimento urbano. Essas transformações continentais me fizeram refletir sobre a possibilidade, necessidade e viabilidade de estudar dois casos diferentes que exemplificassem tipos de tendências de intervenção, os quais pudessem contribuir no conjunto de estudos desde a sociologia urbana que abordassem o tema das transformações socioespaciais contemporâneas. Dessa forma, foi possível identificar os modelos de cidade que estão sendo gerenciados desde finais do século XX e nas primeiras décadas do XXI no contexto latino-americano.

Quando estava construindo o problema e delimitando o campo de pesquisa para a pesquisa de doutorado, identifiquei que esses modelos, lógicas e tipos de centros históricos que temos hoje em dia são o resultado de interações socioinstitucionais diversas. Era preciso, no entanto, averiguar as dinâmicas de interação dos agentes urbanos e identificar os tipos de redes que constroem para produzir a cidade. Tal contribuição parte da necessidade de nomear, classificar

e estabelecer relações entre os agentes que constroem a cidade para assim saber suas estratégias de gestão, objetivos, ideologias e tipos de espaço que estão produzindo na maioria das vezes de forma vertical (Santos, 2006). Ou seja, eles contam com participação social e envolvem os cidadãos em seus processos decisórios sobre os destinos das cidades? Ou as decisões estão sendo tomadas exclusivamente dentro dos escritórios públicos e dos possuidores do capital? Essas questões serviram de pontos de partida para problematizar o que quer dizer gestão urbana se levarmos em conta os interesses daqueles que não possuem capital, não fazem parte de construtoras ou estão excluídos da rede socioinstitucional hegemônica que constrói a cidade. A análise do espaço urbano e da cidade implica ter em conta os elementos que estão em jogo na estrutura social e na organização do espaço, nos quais intervêm aspectos do sistema político, econômico e ideológico, assim como seus nexos com outros contextos internacionais.

Uma das possíveis definições da cidade é entendê-la como um conjunto de relações e redes que são constituídas tendo como palco a produção capitalista do espaço urbano. Portanto, é relevante que no marco analítico dessas redes se identifiquem moradores, organizações sociais e associações como potenciais agentes urbanos que, mesmo estando na parte subalterna da rede como produto das relações assimétricas de poder, eles também fazem parte dos processos de desenvolvimento urbano. Boa parte da parcela da sociedade, especialmente moradores e pequenos comerciantes e empresários, foi silenciada pelas hierarquias totalizantes, as que estão ancoradas no desenvolvimento urbano capitalista por instituições de poder e gestão que constroem a cidade. Nesse sentido, se faz necessário pensar o que Santos (2002) denominou “sociologia das ausências”, contemplando sujeitos portadores de conhecimentos, mas que, mesmo habitando durante décadas os espaços em condições formais ou informais, são excluídos das redes de gerenciamento urbano.

Nesse contexto, a contribuição teórica dos moradores como agentes urbanos permite ir além dos documentos institucionais, programas formais de intervenção e declarações públicas dos agentes públicos e privados. Isso possibilita identificar, evidenciar e comparar diferentes perspectivas sobre o que ocorre em um espaço específico, além de aprender com as diversas experiências sobre o devir-cidade. Ademais, tornam-se evidentes os conflitos presentes nas estratégias de poder territorial relacionadas à construção da cidade. Afinal, os agentes urbanos são atores locais, nacionais e mundiais, que interagem na produção social do espaço e na economia política da cidade (Santos, 1985) que a partir de diferentes estratégias de cooperação, coordenação e controle, estruturam modelos específicos de cidade, tendo em conta referentes ideológicos que evocam

ideias de progresso, desenvolvimento, crescimento, recuperação, revitalização, modernização e competitividade.

TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para avançar numa análise das redes e relações socioinstitucionais, recorreu-se a diversas técnicas de coleta de informação. A primeira delas consistiu em fazer uma revisão dos documentos institucionais locais que foram produzidos pelos órgãos públicos. Da mesma forma, foram coletados documentos de caráter internacional produzidos pelas instituições de financiamento e gestão, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Governo de Portugal e a Unesco. A partir desses documentos, foi possível vislumbrar o nível de abrangência das redes socioinstitucionais de gestão, assim como seu grau de influência nas reformas urbanas. Nesse aspecto, identificaram-se discursos e ideologias de desenvolvimento urbano que envolvem esforços coletivos institucionais, parcerias, alianças e estratégias na gestão e consolidação dos projetos urbanos dos centros históricos. Identificaram-se, também, os roteiros de intervenção e alinhamentos específicos que permitiram caracterizar o “tipo de centro urbano” que, em ambos casos, os programas pretendiam construir.

Em segundo lugar, foram analisados jornais locais dos dois espaços urbanos com o intuito de entender o andamento dos respectivos projetos, assim como os conflitos, retrocessos, demandas e reclamações dos agentes urbanos, especialmente moradores com relação à compra de prédios, novos usos do solo urbano e o direito de permanência no centro. A mídia produz discursos que circulam na sociedade e muitos deles evocam a “necessidade de renovar” e de intervir uma zona que tem sido historicamente desvalorizada – ainda que a área possa ser muito valorizada por sua localização estratégica – e esquecida pelos poderes de administração da questão urbana. A análise da mídia mostrou-se importante na medida em que é a voz das instituições oficiais e o canal de expressão privilegiado dos dois principais agentes urbanos, tanto públicos como privados. Da mesma forma, analisaram-se documentários e reportagens que circulavam nas redes sociais e na mídia, nos quais se evidenciou a voz dos empresários, prefeituras, agentes ligados à questão urbana e moradores.

Dessa forma, se analisou o seu posicionamento sobre os impactos dos projetos de desenvolvimento urbano enquanto população que era – ou ainda é – habitante do lugar objeto de intervenção. No percurso da pesquisa, se fez uma organização cronológica dos jornais locais e alguns regionais dos contextos analisados. Para o caso de Salvador, *A Tarde* e *Jornal Correio*; para o caso de Cali, *El Pais*,

Diário de Occidente, Revista Semana, além de algumas revistas de circulação local que fizeram publicações esporádicas que foram, igualmente, levadas em conta.

Em terceiro lugar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes urbanos das esferas pública e privada, bem como com moradores, pois estes agentes ocupavam – e alguns deles ainda ocupam – posições e cargos importantes no planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento urbano. Essas entrevistas tiveram como foco indagar os tipos de redes que foram sendo construídas entre os agentes urbanos, assim como os objetivos que perseguiram, sentidos, cooperações, coalizões e os tipos de relações socioinstitucionais com outros agentes. Para tanto, foram selecionados agentes das instituições da gestão pública dos casos de Salvador e Cali, assim como um conjunto de agentes privados que fazem parte de organizações ou grupos que são investidores dos respectivos projetos de desenvolvimento urbano. Vale dizer que algumas entrevistas foram feitas presencialmente no fim de 2019, mas a maioria das entrevistas foram virtuais, durante os anos de 2020 e 2021 no contexto da pandemia.

As entrevistas semiestruturadas continham os seguintes eixos principais: que tipos de parcerias público-privadas têm sido consolidadas nos projetos? Como foram conformadas as alianças com os outros agentes urbanos e as possíveis dificuldades que isso produziu? Qual é o modelo de centro histórico que se pretende consolidar? Em que consiste e como tem sido a participação social dos agentes moradores nos respectivos projetos de desenvolvimento urbano? Como morador(a), comerciante, empresário(a), como tem sido sua experiência e participação no desenvolvimento do projeto urbano?

Da mesma forma, foram feitas um conjunto de observações de campo nos lugares que são objeto de intervenção, com o intuito de compreender suas respectivas transformações, etapas e momentos específicos que vêm se consolidando à medida que avançam os programas de desenvolvimento urbano. Essas observações foram feitas desde o início do doutorado no ano de 2018 até 2022.

No caso de Salvador, diversos lugares foram foco do estudo: as principais ruas de acesso ao centro, como a Avenida Sete de Setembro – objeto de reformas no contexto do Revitalizar –, as ruas de acesso desde o Comércio na Cidade Baixa, como a Ladeira da Conceição da Praia – reformada desde 2019 no contexto do Revitalizar –, algumas praças do Comércio, como a Praça Marechal Deodoro – Monumento das Nações e a Praça Visconde de Cairu –, bem como lugares nos arredores, como a Rua Miguel Calmon, o Museu da Música da Bahia e o Museu Casa das Histórias de Salvador, que foram reformados no contexto do Revitalizar. No núcleo do Centro Histórico, foram feitos percursos na Rua Chile,

Praça Castro Alves, Praça Tomé de Souza, assim como em becos e ruas que não são o foco das reformas urbanas analisadas neste artigo, mas que são espaços de acesso, lugares de moradia, de pequenos comerciantes e com muitos casarões abandonados e fechados com tijolos, como Rua da Ajuda, Ladeira da Praça, Rua do Tijolo, Rua do Saldanha, Rua Guedes de Brito, Rua da Oração, assim como a Baixa dos Sapateiros e o bairro Santo Antônio Além do Carmo.

A percepção nas observações de campo possibilitou identificar aspectos que estão ligados aos projetos e aos respectivos agentes urbanos – públicos-privados e moradores. Entre esses, é possível destacar: diversos anúncios de venda/aluguel de imóveis, fechamento de prédios e alguns avisos institucionais dos agentes urbanos que enunciam o que vai ser construído, fachadas com cartazes, símbolos e *slogans* que refletem a luta política dos agentes urbanos moradores pela habitação/moradia, o direito de “estar e ser no espaço”, como, por exemplo “*Aqui poderia morar gente*” (no caso do CHS) ou “*Esta casa no se vende*” (no caso do Calvário-Cali), os quais denotam um tipo específico de contestação e de relação socioinstitucional para com os poderes e agentes urbanos. Esses cartazes são a ponta de *iceberg* de lutas políticas territoriais que têm se produzido desde o início dos projetos, assim mesmo evidenciam o tipo de centro que se vem construindo com um foco prioritariamente turístico.

No caso de Cali, as observações foram realizadas em dezembro de 2018, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. As observações foram feitas em companhia de moradores, especialmente no bairro El Calvário (2018), antes de ser demolido, e no bairro San Pascual, com o presidente de la Junta de Acción Comunal e a (Associação de Mulheres Recicladoras do Centro (Amure). Nas primeiras observações do ano de 2018, notou-se o estado da compra dos prédios por parte da Emru e como esses processos estavam gerando deslocamentos da população em condição de vulnerabilidade social no entorno do que seria a Cidade Paraíso. Já no ano de 2019 e 2020, o bairro praticamente estava demolido para dar início às obras de Cidade Paraíso. Desde o ano de 2020, como pesquisador, não conseguir ir mais a Cali por conta da pandemia e as restrições em termos de mobilidade e viagens internacionais.

As percepções que são plasmadas neste trabalho foram feitas por meio de diários de campo e fotografias tiradas pelo próprio autor, assim como outras tomadas dos principais jornais locais. Essas imagens evidenciam diferentes usos e contra usos do espaço, lugares abandonados, esquecidos, deteriorados, prestes a cair, outros em contraste com os anteriores mais novos, com melhores infraestruturas de equipamentos, funções administrativas, culturais, turísticas e de investimento. Há também aqueles que anunciam a chegada do projeto em

Cali, casas que foram destruídas pela empresa Emru e que ainda nesse estado viraram residências precárias e improvisadas para a população de rua.

PESQUISA URBANA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

É importante salientar que esta foi uma pesquisa perpassada de diversas formas pela pandemia do covid-19. Em razão da pandemia, decretou-se desde o mês de março de 2020 a quarentena como medida preventiva e de saúde pública para frear o contágio a nível mundial e também nos países da América Latina – sendo Brasil e Colômbia objeto de tal política –, o que implicou em *lockdown* e no fechamento de aeroportos. Tal medida afetou todas as formas de nos relacionarmos, as dinâmicas sociais e, com efeito, o andamento da pesquisa. Por isso, tive que alterar as rotinas das observações de campo e o desenvolvimento “ao vivo” das entrevistas, devido à política de isolamento social e à quarentena, da mesma forma que os ritmos de implementação dos respectivos programas das reformas urbanas. Essa situação fez com que a coleta de informações que requeria uma presença, como, por exemplo, as observações de campo, fotografias, vídeos dos lugares selecionados, entrevistas e visitas a bibliotecas ou arquivos⁴ que contêm alguns dos documentos institucionais, tivesse que ser feita de outra maneira, utilizando ferramentas virtuais, redes sociais e comunicação remota. Por sorte, nos anos de 2018 e 2019, tanto em Salvador como em Cali, eu já havia recopilado algumas informações importantes na forma de entrevistas, fotografias, vídeos e diários de campo, que se mostraram fundamentais no decorrer da pesquisa.

Na segunda metade de 2021, consegui retomar as observações de campo na cidade de Salvador com as medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e implementadas nas respectivas cidades. As entrevistas realizadas para o caso de Salvador e Cali, desde o ano de 2020, foram feitas de forma remota por WhatsApp, Zoom ou Google Meet. Vale a pena mencionar que se teve mais facilidade para realizar as entrevistas com empresários e funcionários públicos do que com moradores, especialmente pela facilidade de acesso à internet. Com os moradores – tanto no caso de Cali quanto de Salvador –, se teve algumas dificuldades, sendo a principal delas o fato de que as pessoas entrevistadas em muitas ocasiões tinham compromissos que envolviam seus trabalhos cotidianos e sua sobrevivência material no dia a dia.

⁴ Nesse sentido, vale mencionar que todas as informações estiveram disponíveis em forma de documento virtual nas plataformas das respectivas instituições de gestão.

Nesse sentido, é importante salientar que, para a população moradora dos dois lugares analisados, o vírus impactou de forma mais direta em termos econômicos, pois, pertencem à classe trabalhadora e possuem empregos formais e informais, alguns dos quais dependem das dinâmicas do fluxo de pessoas e de comércio do centro urbano – o qual se viu paralisado por conta da pandemia.

No caso de Cali, não se teve a oportunidade de fazer percursos e observações de campo durante o ano 2020 e 2021; essas foram feitas apenas no mês de dezembro de 2019 e de janeiro de 2020. Igualmente, em Salvador, durante esses anos, se acompanhou o devir dos programas analisados pelos jornais locais e nacionais, *sites* da prefeitura, secretarias de urbanismo e planejamento. As entrevistas foram feitas de forma remota com moradores, empresários e funcionários públicos, assim como a participação em condição de ouvinte de reuniões do Consejo de Cali (Câmara de Vereadores), nas quais se ofereciam informes, relatórios e avanços do projeto Cidade Paraíso durante 2020 e 2021. Em ambos os casos, se participou como ouvinte via Zoom *meetings*, transmissões ao vivo no YouTube ou encontros virtuais feitos durante a pandemia, com destaque para palestras, conferências, reuniões políticas e atividades realizadas pelos agentes públicos e privados, bem como por moradores dos lugares pesquisados.

ANÁLISE COMPARATIVA: TIPOS DE GOVERNANÇA URBANA

Comparar é, na perspectiva de Sartori (1981), controlar as possíveis generalizações, suas previsões ou leis em comum nos casos analisados. Comparar é controlar no sentido de colocar em diálogo, aproximação ou contraposição, a fim de se verificar lógicas e tendências que podem ou não ser generalizantes em diversos contextos sócio-históricos. Para Schneider e Schmitt (1998) comparar permite descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças/diferenças e explicitar as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

A pesquisa em questão selecionou dois casos que estão localizados em diferentes países, em contextos sócio-históricos diversos, com alguns aspectos em comum, mas que pertencem a cidades do Sul Global. Ambas as cidades, desde finais dos anos 1990, passaram por lógicas substanciais de neoliberalização dos seus respectivos espaços urbanos, sobretudo seus centros históricos. A análise comparativa delimita um indicador comum, como os tipos e formas que adquirem as redes público-privadas na gestão urbana dos centros históricos. Dessa forma, é possível identificar tendências próprias que pertencem a cada

contexto analisado, assim como semelhanças que fazem parte dos tipos de governança urbana das duas cidades latino-americanas.

As diferenças identificadas não supõem que sejam casos alheios e distantes. São duas cidades do continente sul-americano que vêm fazendo um conjunto de reformas socioespaciais nos seus respectivos centros históricos no contexto da globalização. Esse aspecto faz com que seja possível estabelecer pontes e, a partir delas, um diálogo continental de suas realidades urbanas.

É pelo fato de reconhecer o caráter global da sociedade de nossos tempos, que a sociologia hoje em dia opta pelos métodos de análise comparativos, pois as experiências estão ligadas umas as outras e são influenciadas por eventos e fatos que acontecem em outras localidades (Ianni, 1997, p. 84).

Dentro do contexto da globalização neoliberal, atores como os governos locais, as administrações municipais, estaduais, departamentais e nacionais, as instituições públicas encarregadas da questão urbana, as entidades bancárias, financeiras, de capitais imobiliários e as instâncias internacionais constroem e convergem em formas próprias ou com aspectos em comum de governança e gestão urbana. Para comparar, é preciso ter em conta que nas sociedades globalizadas as características locais e dos lugares são o resultado de complexas relações com outros cenários de poder a nível global. Da mesma forma, os cenários locais, segundo Santos (1985), têm a capacidade tanto de reproduzir dinâmicas globais nos seus espaços como também de refletir dinâmicas particulares.

O método comparativo, como afirma Sartori (1981), não tem como exclusividade identificar unicamente semelhanças entre sociedades. As semelhanças fazem parte do que Bloch, citado por Schneider e Schmitt (1998, p. 33), denomina um “momento analógico”, o qual está relacionado com a identificação de similitudes e, por outro lado, a diferenciação que faz parte do “momento contrastivo” no qual se trabalham os pontos divergentes dos casos analisados. Nesse sentido, a aplicação do método comparativo implica: (1) seleção de duas ou mais séries de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis, sendo necessário aclarar sobre o número de casos e o número de variáveis a serem comparadas; (2) definição dos elementos a serem comparados a partir da definição das variáveis, que devem emergir a partir da análise dos próprios casos selecionados; (3) a generalização, na medida em que elas nascem e são explícitas com as interrogações que deram origem a seu trabalho.

Nesse sentido, após a análise de redes e alianças público-privadas dos dois casos estudados, se estabeleceram como variáveis a serem comparadas: (a) os tipos de centros que as duas cidades consolidam em tempos de globalização em torno de modelos de modernização, renovação e recuperação do espaço

central; (b) os tipos de alianças público-privadas; (c) os arranjos institucionais dos empreendimentos; (d) as formas específicas e pontos em comum das formas de relações público-privadas para a execução das reformas urbanas; (e) os conflitos que surgiram ao redor dos usos e contra usos do espaço urbano e as lógicas das negociações entre o setor público-privado e moradores-trabalhadores.

Segundo Sartori (1981), na análise comparativa, quando se identificam os conceitos considerados como abrangentes ou universais – que são evidentes e aplicáveis num conjunto de eventos (denotações) que extrapolam seu cenário de acontecimentos –, é porque suas conotações (propriedades próprias do conceito) foram reduzidas, o que possibilita um grau maior de generalização. Portanto, definir um conjunto específico de qualidades para um conceito em um determinado contexto possibilita sua generalização e universalização. Dessa forma, o conceito torna-se mais comparável a outros, mesmo que os fenômenos ocorram em diferentes locais. Isso faz com que o estudo seja um conjunto de afirmações com pretensões generalizantes. No entanto, às vezes, essas afirmações podem soar confusas, sem verificação e colocadas de jeito arbitrárias por parte do pesquisador; quer dizer, elas podem aparecer como um conjunto de universalizações que não correspondem às experiências e aos contextos analisados. Portanto, para aumentar nossas pretensões de generalização, segundo Sartori (1981, p. 228), “[...] tomamos um conceito mais abstrato e mais genérico reduzindo suas propriedades e seus atributos. E vice-versa: um conceito se torna mais específico mediante o crescimento ou desdobramento das suas qualidades, aumentando seus atributos ou propriedades”.

Os pontos sobre os quais se pretende dialogar não nasceram de forma arbitrária, nem foram impostos de forma abstrata sem referentes empíricos; eles foram identificados como parte intrínseca dos processos de gestão público-privada e encontrados nos respectivos documentos, entrevistas e diversas fontes analisadas ao longo da pesquisa. Esses pontos com os quais se pretende olhar e analisar os casos selecionados são o que Sartori (1981, p. 213) denominou “universais empíricos”. Eles contêm verificabilidade, no sentido de que há um nível de aceitação acadêmica pelo grau de demonstração e, assim, podem ser sinalizados e caracterizados nos dois contextos selecionados. Os universais empíricos nascem da comparação de casos e têm a capacidade de se estender a outros lugares e contextos para explicar e interpretar fenômenos sociais que têm aspectos em comum e lógicas próprias.

Nesse sentido, vale a pena lembrar Ianni (1997), quando explica a necessidade e insistência nos estudos sociais contemporâneos de sempre ter em conta as análises comparativas no contexto global:

No âmbito da sociedade global, as ciências sociais são massivamente engajadas em projetos de estudos comparativos. Comparam-se sociedades, problemas e setores sociais nacionais. Comparam-se aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, de modo a descobrir-se continuidades e descontinuidades, formas de subdesenvolvimento e estilos de desenvolvimento, condições de industrialização e processos de urbanização, tendências de secularização e modos de modernização (Ianni, 1997, p. 94).

Isso é o que Sartori (1981, p. 224) chama a atenção ao momento de comparar, já que “alguns conceitos podem ser os mesmos em diferentes contextos, mas não necessariamente indicam o mesmo fenômeno”. As comparações se arriscam a oscilar perigosamente entre dois extremos: o excesso de assemelha-mento – que torna vão o controle – e o excesso de diferenciação que torna inútil a comparação. Nesse sentido, os conceitos ou tópicos que foram utilizados na comparação nasceram das evidências empíricas como foi o caso das entrevistas com os funcionários públicos, empresários, comerciantes, moradores e da leitura de fontes como jornais, documentos institucionais.

Nessa perspectiva, a comparação possibilitou identificar como um mesmo discurso como, por exemplo, desenvolvimento urbano, modernização do centro, renovação, revitalização, competitividade urbana, aperfeiçoamento turístico cultural e gestão patrimonial, pode ter diversas repercussões sociais, institucionais e espaciais, dependendo do contexto urbano no qual se desenvolve, pois, mesmo sendo duas cidades latino-americanas, não podemos estudar o continente como uma realidade compacta e única, pois, os programas têm seus respectivos desdobramentos e particularidades, mesmo que os dois espaços centrais analisados façam parte da neoliberalização das cidades.

CONCLUSÕES

No contexto global de mundialização e competitividade das cidades, as instituições públicas de planejamento e gestão agem a partir de roteiros e diretrizes regidas por processos de mercantilização. Essas lógicas enxergam o potencial econômico dos espaços, desde a perspectiva turística, patrimonial, natural ou sua localização estratégica na cidade. Esse modelo de cidade regido por processos de acumulação capitalista do espaço urbano tem produzido diversos conflitos, sendo os mais visíveis os tipos de uso do solo urbano, pouca participação social e ausência de políticas de habitação social para população não solvente.

A metodologia baseada no estudo de redes de gestão institucional público-privada mostrou-se pertinente para identificar os agentes urbanos mais

decisórios na construção da cidade e na gestão urbana. Partindo dessa perspectiva, foi possível identificar as características e objetivos das alianças dos agentes público-privados com relação ao modelo de centro que visam construir. Caracterizou-se as respectivas empresas e instituições envolvidas nas políticas de gestão urbana, assim como os laços, redes, coalizões e tipos de relações que foram tecidas entre elas. Da mesma forma, se identificaram os organismos internacionais de financiamento e cooperação envolvidos, suas influências nos processos de desenvolvimento e renovação urbana, centrando atenção nos seus roteiros, nas diretrizes e políticas de financiamento, o que permitiu questionar o grau de autonomia que as instituições locais de gestão urbana têm, tanto no campo do desenho de políticas diante do poder das instituições de financiamento e assessoria internacional, quanto nos tipos de relações que são tecidos nas relações socioinstitucionais com os poderes locais.

Dentro do setor público, influem as agências e instâncias internacionais, nacionais, estaduais e municipais, as secretarias de planejamento, prefeituras, instituições de gestão do patrimônio e turismo, além de programas articulados à dinamização das intervenções. Por outro lado, no âmbito privado, o poder territorial de gerenciamento urbano é exercido pelas empresas do capital imobiliário, da construção civil, do setor de serviços, empresas de turismo e eventos, empreendedores urbanos nacionais e internacionais. Junto a esses dois grupos, também existem um conjunto de agentes urbanos como são os moradores desses espaços, que estão agrupados, quer seja em redes de diversas associações – Organizações Não Governamentais (ONGs), partidos políticos, igrejas, universidades etc. – ou movimentos que foram se conformando no decorrer dos processos com seus respectivos objetivos políticos, estabelecendo uma importante esfera pública de atuação e participação política (Bittencourt, 2011).

É importante ressaltar, nesse sentido, a necessidade de fazer comparações e estudos de caso na sociologia urbana, assim é possível identificar tendências mais abrangentes a nível continental no contexto de produção neoliberal dos espaços urbanos. Certamente, as pesquisas encontrarão pontos em comum nas trajetórias de intervenção e programas urbanos, que produzem problemáticas e conflitos semelhantes. Porém, elas serão específicas em cada contexto analisado, na medida em que essas trajetórias são moduladas a partir de dinâmicas locais. Dessa forma, as pesquisas empíricas em sociologia urbana e nas ciências sociais, em geral, conseguem produzir conhecimentos teóricos baseados em experiências e realidades concretas.

Mesmo que as cidades latino-americanas estejam sendo regidas por discursos em comum, como renovação e revitalização urbana, recuperação dos

centros, desenvolvimento e modernização urbana, competitividade, cidades inteligentes e gestão patrimonial e cultural, é importante salientar e identificar os desdobramentos particulares em cada contexto analisado. Efetivamente estamos diante processos de neoliberalização das cidades, porém os agentes urbanos atuam de formas diferentes e suas redes de gerenciamento urbano demandam análises sociológicas que consigam explicar as tendências contemporâneas. Nesse sentido, as comparações de casos possibilitam fazer um mapeamento das trajetórias e as projeções específicas das cidades e ir mais além de uma visão sociológica equívoca, segundo a qual as realidades continentais são as mesmas e compactas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. p. 159-194. (Global universitária. Antropologia).
- BITTENCOURT, J. M. C. D. *A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ª etapa de revitalização do Centro Histórico de Salvador*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BORJA, J. *Revolución urbana y derechos ciudadanos: Claves para interpretar las contradicciones de la ciudad actual*. 2012. Tesis (Doctoral en Geografía Humana) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2012.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos estudos*, São Paulo, n. 45., p. 152-166, jul. 1996.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- CERÓN PEÑA, M. A. *Sociología de la política urbana: análisis del plan de renovación urbana “ciudad paraíso”*. 2015. Trabajo de Grado (Licenciatura em Sociologia) – Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, Universidad del Valle, Santiago de Cali, 2015.
- DURAN, F. *La captura del Estado en América Latina reflexiones teóricas*. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2019.
- ENNE, A. L. S. Conceito de rede em sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez. 2004.
- GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- GOOGLE MAPS. [Localização de Cali e Localização do projeto Cidade Paraíso]. Versão 11.147.0104. [Califórnia]: Google Maps, [2024].

- HARVEY, D. A destruição criativa da terra. In: HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARICATO, E. *Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARQUES, E. C. L. Em busca de um objeto esquecido. A política e as políticas do urbano no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-18, 2017.
- MARQUES, E. C. L. Government, Political Actors and Governance in urban policies in Brazil and São Paulo: concepts for a Future Research Agenda. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2013.
- MARQUES, E. C. L. Redes sociais e poder no estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, Viçosa, v. 21, n. 60, fev. 2006.
- MARQUES, E. C. L. *Redes Sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- MATTOS, C. A. Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización? *Eure*, Santiago, v. 28, n. 85, p. 1-11, dic. 2002.
- COBOS, E. P. Las políticas y la planeación urbana en el neoliberalismo. In: BRAND, P. (comp.). *La ciudad latinoamericana en el siglo XXI: Globalización, neoliberalismo, planeación*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2009. p. 287-308.
- PUJADAS, J. J.; D'ARGEMIR D. C.; GIRONA, J. R. El análisis de las redes sociales. In: PUJADAS, J. J.; D'ARGEMIR D. C.; GIRONA, J. R. *Etnografía*. Barcelona: Editorial UOC, 2010.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, São Paulo, v. 17, n. 37, p. 4-28, 2002.
- QUITIÁN, P. A. *Análisis de la renovación urbana en la ciudad de Santiago de Cali caso: Ciudad Paraíso*. 2018. Disertación (Master en Planificación Territorial y Gestión Ambiental) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2018.
- ROMANO, M. P. Capítulo: quando a história vira espetáculo: palco móvel do Pelô. In: GOMES, M. A. A. F. *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995.
- SANT'ANNA, M. *A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 1990*. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8wzv5/pdf/santanna-9788523218713.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 63, p. 237-280, out. 2002.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).

SARTORI, G. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Tradução: Sérgio Bath. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SOUZA, C. *Coordenação de políticas públicas*. Brasília, DF: ENAP, 2018.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003a.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003b.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.